

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998. Balanço Patrimonial - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista - Casa de Saúde Santa Marcelina

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista

CNPJ/IME: 60.742.610/0006-74

Table with columns: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutuações do Patrimônio Líquido no Exercício. Includes rows for Ativo, Passivo, Receitas Operacionais Brutas, etc.

1. Contexto Operacional A Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista...

1. Contexto Operacional A Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista a uma Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos, filial da Casa de Saúde Santa Marcelina, inscrita sob o CNPJ nº 60.742.610/0006-74, com endereço na Avenida Marechal Tito, nº 6035, no bairro do Itaim Paulista - SP, CEP 08115-100, tem por missão, difundir o carisma das Irmãs de Santa Marcelina através de uma assistência hospitalar totalmente humanizada, com padrões rigorosos de qualidade e seus serviços estão inseridos no programa de Segurança do Paciente e comprometidos com a construção de um modelo de gestão compartilhada e transparente, garantindo um atendimento de qualidade à população. Suas atividades tiveram início em 08 de Julho de 1988. A O.S.S. Santa Marcelina tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades e readaptação nas atividades realizadas, a Certificação Pública: A Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista, filial da Associação Filantrópica Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade filantrópica sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais, é qualificada como Organização Social de Saúde, de acordo com as disposições da Lei Complementar 846/1998, por meio do processo SS-001-0001-002-775-97 - Ap. SS - 001-0001-002-776-97 perante o Governo do Estado de São Paulo, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades na área da Saúde. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Casa de Saúde Santa Marcelina, foi deferido em 13 de outubro de 2016 através da portaria nº 2003 de 21 de dezembro de 2016, com validade até o dia 31 de dezembro de 2021. A entidade protocolou em 30/09/2021, de modo temporário, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.145538/2021, em cumprimento ao art. 5º, § 1º do artigo 57 da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2012, na qual prevê que "sará considerado temporário o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação". O processo se encontra aguardando a manifestação do Ministério da Cidadania - MDC até a presente data não foi concluído, estando a entidade aguardando pelo disposto no §2º, do art. 37 da Lei Complementar nº 187/2012, que estabelece: "A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação temporariamente apresentado".

6. Estoques: O estoque contém sobretudo, materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo, para atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A avaliação do estoque é realizada pelo método da média ponderada móvel. Os estoques existentes em 31 de dezembro e que não superam o valor de mercado, estão assim demonstrados: Descrição: 2021 2020 Drogas e medicamentos 747.431 560.319 Consumo hospitalar 424.051 279.488 Fios cirúrgicos 20.231 10.996 Banco de Sangue 11.384 10.431 Orteses e próteses 9.851 8.545 Demais estoques 493.342 233.981 Total 1.706.390 1.104.760

7. Depósitos Judiciais: Referem-se a valores depositados em razão de processos judiciais e são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas: Descrição: 2021 2020 Depósito Judicial ICMS S/ Energia Elétrica 115.570 423.330 Depósito Recursal Trabalhista 3.526 10.045 Total 119.096 433.375

8. Imobilizado: Os ativos imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui seu preço de aquisição, acrescido do tributo sobre a compra e outros custos direta-

Demonstração do Valor Adicionado

Table with columns: 2021, 2020, TOTAL, TOTAL. Rows include Receitas Operacionais Brutas, Assistência médica hospitalar, Insumos Adquiridos de Terceiros, etc.

F. Férias e encargos a pagar: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2); h. Contas de resultado: O regime contábil para apropriação das receitas e despesas e o de competência, exceto as receitas de doações e os rendimentos financeiros, que são reconhecidos com receita diferida no período. L. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Entidade irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, são reconhecidas com receita diferida no período e são reconhecidas em função do recebimento durante a vida útil dos respectivos ativos. Demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional confrontada com as despesas que pretende compensar desde que atendidas as condições normativas. As subvenções governamentais são reconhecidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato à Entidade, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que foram recebidas, conforme NBC TG 07 (R1); i. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e suposições, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e pressupostos podem incluir o valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, produção de serviços médicos e outros serviços. A avaliação das transações envolvendo estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e pressupostos pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2020, divulgadas para fins de comparabilidade, foram reclassificadas quando aplicável, para fins de melhor apresentação. 3. Execução do Contrato De Gestão (Não Auditado) Foram executadas as atividades abaixo demonstradas: Demonstrativa de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato.

Table with columns: Metas, Produção 2021, Variação, Produção 2020. Rows include Nº de Saídas - Interações Clínicas, Nº de Saídas - Interações Cirúrgicas, Nº de Consultas Ambulatoriais, etc.

Table with columns: 2020, 2021, 2020, 2021. Rows include Objeto do contrato, Adições, Despesas, Direito de uso, Equipamentos, etc.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Saldos no início do exercício, Adições, Despesas, Direito de uso, Equipamentos, etc.

10. Obrigações Trabalhistas, Sociais e Tributárias: (a) Obrigações Trabalhistas: Descrição: 2021 2020 Salários a Pagar 4.532.983 4.727.416 Pensão Alimentícia 38.037 28.264 Rescisões a Pagar 51.638 23.176 Total 4.622.658 4.778.856

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receitas Operacionais Brutas, Receitas de atividades assistenciais, Despesas administrativas e gerais, etc.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receitas Operacionais Brutas, Assistência médica hospitalar, Insumos Adquiridos de Terceiros, etc.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Atividades Operacionais, Superávit (déficit) do exercício, Depreciação e amortização, Provisão para Contingências, etc.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Bens, Taxas de depreciação corrigido, Custo Depreciação acumulada, etc.

Table with columns: 2020, 2021, 2020, 2021. Rows include Objeto do contrato, Adições, Despesas, Direito de uso, Equipamentos, etc.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Saldos no início do exercício, Adições, Despesas, Direito de uso, Equipamentos, etc.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Salários a Pagar, Pensão Alimentícia, Rescisões a Pagar, etc.

Continua...



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

<i>Continuação...</i>			
11. Verbas e Subvenções: Referem-se a recursos recebidos e aplicados do Contrato de Gestão como segue:			
	2021		
Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo
36.427	149.817.749	204.061	(142.741.034)
	7.319.223		
<p>Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido (Item 12, NBC TG 07 R2). Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício. Rendimentos financeiros - Tratam-se de rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SES, para realização das atividades do Contrato de Gestão. Consumo: Demonstra os gastos que foram empregados na Organização Social de Saúde ao longo do exercício social. Em 2021 a unidade do Itaim Paulista, para fazer frente às suas despesas e executar suas atividades recebeu valor de Custeio e Investimentos, através de 8 Termo Aditivo, durante o exercício social, no total de R\$ 149.817.749 sendo classificados na conta contábil de Verbas de Custeio a Aplicar e de Verbas de Investimentos a Aplicar. Conforme demonstrado abaixo:</p>			
Verba			
Termo Aditivo n.º 01/21	118.344.940		
Termo Aditivo n.º 02/21	3.000.000		
Termo Aditivo n.º 03/21	3.000.000		
Termo Aditivo n.º 04/21	492.242		
Termo Aditivo n.º 05/21	22.125		
Termo Aditivo n.º 06/21	917.051		
Termo Aditivo n.º 07/21	6.401.391		
Termo Aditivo n.º 08/21	4.404.000		
Contrato de Gestão - Processo SES-PRC-2021/32575	13.000.000		
Termo Aditamento ao Contrato de Gestão n.º 01/21 - Processo SES-PRC-2021/32575 Emenda Parlamentar	600.000		
Total	149.817.749		
<p>O termo Aditivo nº02/21 no valor de R\$ 3.000.000,00 e o Termo Aditivo nº 03/21 no valor de R\$ 3.000.000,00 tem por objeto o repasse de recursos financeiros de custeio, visando à realização de despesas para o enfrentamento da pandemia do COVID-19. O termo Aditivo nº 04/21 no valor de R\$ 492.242,00 tem por objeto o repasse de recursos de investimentos para o programa Estratégico - Rede Cegonha, visando aquisição de equipamentos. O termo Aditivo nº 06/21 no valor de R\$ 917.051,18 tem por objeto o repasse de recursos de investimento visando obras e adequação estrutural para obtenção do AVCB. O termo Aditivo nº 07/21 no valor de R\$ 6.401.390,48, tem por objeto o repasse de recursos de investimentos visando dar prosseguimento da reforma do Prônio Socorro das Etapa 2 à Etapa 3. Em 30/11/2021 ocorreu o encerramento do Contrato de Gestão, processo de origem nº 001.0500.000.031/2016. Na data de 01/12/2021 a entidade celebrou um novo contrato de gestão, conforme processo SES-PRC-2021/32575 com o prazo de vigência de 5 anos, com valor de repasse estimado em R\$ 780.000.000,00 (setecentos e oitenta milhões). Deste montante foi repassado para o mês de Dezembro/2021 o valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) a título de Custeio para execução dos serviços. 12. Provisão para Contingências Passivas Para os processos judiciais e administrativos em que a entidade figura no polo passivo da lide, são constituídas provisões, consoante a NBC TG 25 (R2), para todas as contingências de natureza trabalhista, cíveis e tributárias que apresentem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é realizada pelos advogados internos e advogados externos que assessoram a instituição. Para os valores passivos que possuem como contrapartidas depósitos judiciais, foram realizadas as devidas atualizações findo o exercício de 2021. Os montantes estão assim representados:</p>			
Descrição	2021	2020	
Processos cíveis - CP	13.879		
Total de Contingências no passivo circulante	13.879		
Reclamações trabalhistas - LP	297.146	310.182	
Processos cíveis - LP	3.438.083	1.319.375	
Provisão Tributária - ICMS - LP	-	424.280	
Total de Contingências no Passivo Não Circulante	3.736.229	3.873.837	
Total	15.616.108	16.188.019	
<p>Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, contudo, que sejam</p>			

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista - São Paulo - SP Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido - passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Bases para opinião Nossa auditoria** foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção e seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional** Chamamos a atenção para o fato que, a Entidade apresentava passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 23.846.806, e o seu passivo circulante excedia o seu ativo circulante em R\$ 20.958.916 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão para execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista é provável, substancialmente, pelo Governo do Estado de São Paulo. A continuidade operacional da Entidade dependerá da manutenção desse Contrato de Gestão junto ao Governo do Estado de São Paulo. **Outros assuntos Demonstração do valor adicionado:** Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da Entidade é responsável por assegurar a integridade das demonstrações contábeis e o conteúdo do relatório de auditoria, conforme demonstrado na nota explicativa nº 03. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse demonstrativo. **Responsabilidade da administração** sobre as demonstrações contábeis A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de tutar os controles internos, contabilidade, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • **Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes** para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.** • **Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Também, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança - e, respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.**

São Paulo, 26 de janeiro de 2022.
COKINOS & ASSOCIADOS Auditores Independentes S/S
 CRC-2SP 15.753/O-0
 José Luiz de Faria - Contador
 CRC-ISP116.668/O-8 Registro CVTM n.º 7.021

Parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais

Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando para tanto o parecer emitido pela auditoria Cokinós & Associados Auditores Independentes, em base nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da entidade e que estão em conformi-

Recalcula financeira			
Atualização Monetária		431	16
Descontos obtidos	110.479	54.418	
Subtotal	110.479	54.434	54.434
Total	85.469	29.589	29.589
23. Imunidades e Isenção Tributária A Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade beneficente e filantrópica, que goza da imunidade aos impostos nos termos do art. 150, VI, "o" da CF/88, bem como da imunidade das Contribuições para a Seguridade Social disposta no arts. 195, 6º da CF/88. Para tanto a instituição cumpre integralmente com os requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como cumpre com os procedimentos da Lei Complementar 187/2021 que revogou a Lei 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. A entidade usufrui do benefício fiscal da isenção às Contribuições de Terceiros segundo disposto no art. 3º, § 5º da Lei 11.457/2007. Em atendimento a Portaria 1.970/2021, para o cumprimento dos requisitos do CEBAS, a entidade informa o valor usufruído das Contribuições para a Seguridade Social:			
Descrição		2021	2020
Ordenados e salários		83.919.361	82.946.247
Percentual de contribuição devida INSS (*)		22,00%	22,00%
Sub-total		18.462.260	18.248.174
PIS		89.345.648	87.415.196
Percentual de contribuição devida PIS		1,00%	1,00%
Sub-total		893.456	874.152
Total		19.355.716	19.122.326
(*) INSS 20% e Seguros contra riscos a acidentes (SAT/RAT) 2%.			
Descrição		2021	2020
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)		3.049.807	2.518.491
Percentual de contribuição devida INSS		20%	20%
Total		609.961	503.698
A entidade usufrua da isenção das Contribuições para Terceiros, nos termos da Lei 11.457/2007, art. 3º, § 5º. Trata-se de benefício fiscal, pois, podendo instituir e cobrar o tributo, ocorre uma renúncia fiscal por meio do instituto da isenção.			
Destina maneira a fim de cumprir o Item 27, "o" da ITG 2002 onde preconiza que, as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, abaixo segue quadro com as devidas informações.			
Descrição		2021	2020
Salários e Ordenados		83.909.027	82.946.247
Percentual de contribuição devida		5,80%	5,80%
Total		4.866.724	4.810.882
21. Compensações A entidade utiliza-se de conta de compensação de controle de informações econômicas de seu interesse. Abaixo consta representado em valores os bens recebidos a título de Permissão de Uso da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de São Paulo, mas que não foram imobilizados em razão de não terem sido adquiridos pela própria Organização Social com verbas recebidas oriundas do Contrato de Gestão.			
Descrição		2021	2020
Termos de permissão de uso		13.318.726	8.272.426
Total		13.318.726	8.272.426
Os valores aqui apresentados não compõem o Ativo e Passivo da Entidade.			
22. Cobertura de Seguros - A entidade adota medidas preventivas por meio da contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. De acordo com o disposto no item 27 (i) da NBC TG 2002 (R1), seguem abaixo informações sobre os seguros contratados:			
Seguradora	Modalidade	Valores Segurados	Vencimento
Unimed Seguros	Responsabilidade Civil	1.500.000	15/07/2022
Allianz Empresarial	Seguro Predial	30.000.000	20/10/2022
Itaú Seguro	Seguro de Veículos	200.000	25/09/2022
Porto Seguro	Veículo Ambulância	133.500	25/09/2022
Porto Seguro	Seguro de Equipamentos Médicos	65.000	25/09/2022
23. Eventos Subsequentes Para execução das atividades atinentes ao Contrato de Gestão em 2022 está previsto que a entidade receberá a título de custeio o valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) que constará a rubrica 10.302.0882.4852.000, no item 33.50.85.00 do Plano Estadual de Saúde, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 01 de dezembro de 2021.			
<p>Ir. Roseané Ghedin - Diretora Presidente Rodrigo Ronald Henrique da Silva - Contador - CRC 1SP-290165/O-2</p>			

